

Báez, Fernando (2013), *Los primeros libros de la Humanidad: el mundo antes de la imprenta y el libro electrónico*

Paula Sequeiros



Electronic version

URL: <http://rccs.revues.org/5590>

ISSN: 2182-7435

Publisher

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Printed version

Date of publication: 1 mai 2014

Number of pages: 210-214

ISSN: 0254-1106

Electronic reference

Paula Sequeiros, « Báez, Fernando (2013), *Los primeros libros de la Humanidad: el mundo antes de la imprenta y el libro electrónico* », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 103 | 2014, colocado online no dia 27 Maio 2014, criado a 03 Outubro 2016. URL : <http://rccs.revues.org/5590>

The text is a facsimile of the print edition.



difíceis e dá origem a clivagens. Mas os três critérios avançados por Standing para definir o precariado como classe – ausência de segurança, estrutura do rendimento e identidade – parecem exíguos e o autor acentua uma competição com os restantes trabalhadores que é problemática. É evidente que a unidade da classe-que-vive-do-trabalho nunca é um dado adquirido, mas antes um lento trabalho político de universalização a partir de condições sempre diversas. Reconhecendo isso, o que as recentes mobilizações parecem acentuar é mais o potencial de convergência entre os diferentes segmentos da classe trabalhadora, submetidos a um processo de precarização cada vez mais transversal, do que a emergência de uma classe distinta.

3. Crítico da centralidade que o emprego adquiriu na agenda política progressista, Standing avança uma proposta radical: desconectar o “direito a ter direitos” do trabalho assalariado, que deve ser tratado como mercadoria; desistir do pleno emprego; e instituir um rendimento básico para todos os cidadãos. O debate merece ser aprofundado. O autor previne que este rendimento se trata de “um pagamento mensal modesto” (p. 171). Mas se é o caso, vale a pena lembrar o alerta de um André Gorz que, convertido à ideia, ressaltava que “um rendimento

de existência muito baixo é, com efeito, uma subvenção aos patrões”, que lhes permitiria “pagar o trabalho abaixo do salário de subsistência” (1997: 136-137¹). Ou o argumento de Robert Castel, para quem a medida, que nestes moldes não dispensaria do emprego, teria o efeito paradoxal de estabelecer um “stock de trabalhadores potenciais já parcialmente remunerados por um rendimento básico medíocre”, que seria um novo exército de reserva a custo ainda mais reduzido (2013: 9²). Num contexto de rarefação do emprego, a proposta de Standing é sedutora. Mas ao projetar a emancipação e a justiça para fora do emprego, o seu horizonte parece não ir além de uma sociedade capitalista comandada pelo mercado e compensada por um apoio universal modesto transferido pelo Estado para cada cidadão. O que é uma estranha imagem do Paraíso.

O livro de Standing é um útil e polémico contributo para um debate pleno de atualidade. A publicação em português de artigos do autor que retomam as teses ali desenvolvidas, como se faz neste número da *RCCS*, compensa parcialmente a lacuna que resulta de não haver ainda uma edição desta obra em Portugal.

José Soeiro

Báez, Fernando (2013), *Los primeros libros de la Humanidad: el mundo antes de la imprenta y el libro electrónico*. Madrid: Fórcola, 621 pp.

Los primeros libros de la Humanidad: el mundo antes de la imprenta y el libro electrónico, de Fernando Báez, lançado no final

de 2013 pela editora Fórcola no Estado espanhol, é a mais recente monografia do autor dedicado ao combate à destruição de

¹ Gorz, André (1997), *Misères du présent, richesse du possible*. Paris: Galilée.

² Castel, Robert (2013), “Salariat ou revenu d’existence? Lecture critique d’André Gorz”, *La vie des idées*. ISSN: 2105-3030, disponível em <http://www.laviedesidees.fr/Salariat-ou-revenu-d-existence.html>.

bibliotecas históricas e livros raros, parte do património bibliográfico mundial.

Nascido na Venezuela em 1963, licenciado em História e doutorado em Ciências da Informação e Bibliotecas, Báez ganha particular notoriedade internacional com a *História universal da destruição dos livros* (2004). Nela focou o ataque ao património bibliográfico iraquiano após a invasão de 2003. Com edição portuguesa pela Texto Editores em 2009, traduzida em dezassete línguas, reescrita e reeditada em 2011, a obra passou a manual de estudo em algumas universidades dos Estados Unidos da América e da Europa. O autor tem obra premiada e o reconhecimento, entre outros, de especialistas e autores críticos como Umberto Eco, Ernesto Manguel ou Noam Chomski. Que a destruição de livros não decorre da ignorância ou do horror à cultura, mas sim do poder para destruir a memória de povos, grupos sociais, ou escritores inconvenientes é a tese central amplamente documentada. Perito em recuperação de bibliotecas antigas devastadas por conflitos militares, especialista em várias línguas clássicas e antigas, tem sido assessor em processos de recuperação e salvaguarda do património bibliográfico e histórico mundial. Membro do Centro Internacional de Estudos Árabes, define-se presentemente como ativista radical contra a censura.

Da curiosidade em pisar a terra primeira, renomeada Byblos, onde se inventara o livro no terceiro milénio AC e que aos livros dera nome, nasce o fio condutor de *Os primeiros livros*, produzido em três anos em investigações que se estenderam de Oriente a Ocidente, no rastro do livro e da escrita mais antigos. De uma cultura de pastoreio, nessa mesma Byblos então sob dominação egípcia, nasceu um outro nome a partir dos caracteres ‘alp’ (boi) e ‘bet’ (casa), incorporados, como em muitas outras culturas, no termo português

alfabeto. Esta minúcia do detalhe e do evento singular é acompanhada pelo contexto social, tecnológico, histórico ao longo de toda a obra: quem lê não tem de se perder nem soçobrar sob avalanches de dados, os fios explicativos vão sendo estendidos e ligados por vezes de forma surpreendente e reveladora.

O ritmo histórico utilizado aparece entrecortado ora por silêncios e supressões, ora por sobressaltos e acalmias que pausaram o surgimento de livros primordiais. As marcações de tempo são feitas sobretudo pelos poderes instituídos políticos, mas também religiosos, os que em cada momento decidiam sobre a gravação ou apagamento da memória materializada. A narrativa parte da atual Jbeil, ex-Biblos, antes Byblos, de um Líbano entre 2011 e 2012, cidade onde a vida de Báez esteve uma vez mais sob ameaça, juntamente com tantas outras vidas num novo conflito militar. A senda da investigação foi traçada após inquirição prévia na Maktabat al-Iskandariyah (Bibliotheca Alexandrina). Biblioteca que tão simbolicamente carregada tem estado pelas expectativas de um encontro entre o passado da Alexandrina original, acabado em destruição e arrumado numa Antiguidade Clássica, e um futuro sonhado e propagandeado como recuperação e superação – suportadas estas pelas tecnologias digitais e corporizadas no emblemático edifício inaugurado em 2002 em Alexandria, em financiamento conjunto da UNESCO e do governo egípcio para albergar a nova Alexandrina, *biblioteca do futuro*.

No prefácio, como um aviso, Báez introduz a expressão o “livro como metáfora do mundo”. E a metáfora é desdobrada a partir do objeto livro, da “máquina para pensar capaz de proteger a memória coletiva ou individual”, em outras metáforas – senão mesmo em outros tantos objetos ressignificados – “talismã, arquivo de vida,

reflexo da natureza [...], um símbolo do mundo ou o próprio mundo, versão de um código da vida como genoma da cultura, um sonho individual ou solitário e um perigo para os tiranos” (p. 26).

O fascínio pelo livro e a paixão pelo labor bibliográfico e bibliófilo ficam declarados nas páginas iniciais: nenhum desapego, pelo contrário, um envolvimento com o livro sempre cozido por linhas de discurso com forte carga emocional. Se podemos encontrar vislumbres de romantismo nesse envolvimento, é por certo um romantismo desenganado, de enfrentamentos, pessoais ou não, de dissabores e obstáculos por vezes inultrapassáveis (como superar a destruição de um livro único?) mas não demovido, antes atizado. “Toda a memória é uma heresia nestes tempos” (p.13) e contra estes tempos escreveu Báez um livro mais.

Este viajante, como gosta de se nomear, passa para o escrever por “regiões arriscadas” do Egito a Beirute – depois de estar no Azerbaijão, Marrocos, Líbia, Tunísia, Afeganistão e Kuwait – para seguir para Islamabade e a comunidade islâmica de Quetta em Chiltan (Paquistão). Recordando que os livros viajaram em caravanas de camelos dentro daquele Oriente e depois para além dele, em volta do Mediterrâneo, para Petra, pela Rota da Seda e pela Europa, “em vagas de textos para mudar o mundo” em circuitos e em conflitos ainda abertos pela recuperação dos textos roubados pelos poderes imperiais recentes, o autor tinga a obra com as cores de uma demanda, uma busca de origens através dos continentes.

Duas grandes secções, uma para a escrita e o livro mais antigo e uma outra para o

código, primeira forma de livro manuscrito, dividem o conteúdo. O livro, sem mais, deve nesta monografia ser entendido como suporte físico da escrita – argila, tecido, papiro, cordão de quipo,¹ entre outros.

Percorre-se esta história do livro temporizada pelos 5000 anos que mediaram entre as primeiras escritas e a disseminação da imprensa, e os séculos I a XV, com um enfoque nos anos do livro manuscrito. Destacando os livros sagrados (sobretudo islâmicos, judeus e cristãos) e as suas formas de contacto e influência, os livros jurídicos e literários são também abordados, com evidência para as rotas em que se entrecruzaram e se embateram saberes, práticas e interesses vinculados ao livro.

É sabido o privilégio de que gozaram os manuscritos considerados fundamentais para a denominada civilização ocidental, na preservação, cópia e difusão, por parte dos poderes instituídos. Pode-se conjecturar que a familiaridade e o conhecimento profundo que Báez tem, não só de determinadas línguas escritas antigas como de determinados autores – entre os quais o árabe e alguns autores islamitas, para além da sua especialidade em Aristóteles e Averróis – tenham facilitado também uma abordagem mais profunda dessas escritas e desses textos. Capítulos particulares dedicados a livros indonésios e chineses, aos clássicos budistas, à feitura do livro japonês, aos códices maias e astecas e aos quipos incas, bem como as frequentes e estimulantes referências transversais a culturas de África e da Ásia e ainda da América Central, os detalhes sobre venturas e desventuras de feitos de livros e de escritas colmatam muitas das interrogações que sobram no final da leitura sobre outras

¹ Nome quéchua dado a um dispositivo de escrita da região Andina, composto por um cordão principal com cordões pendentes, coloridos, com nós; o uso que deles fez a administração do Império Inca é o mais divulgado.

regiões, outras escritas e outros textos. Aqui está em jogo a tensão entre mundo globalizado e zonas de desconhecimento e “escuridão”, num intento que parece ter sido de abrangência mundial – sem alguma vez ser afirmado – e que parece ainda concretizado dentro dos limites contidos nas possibilidades deste presente.

O livro configura-se, como tal, como obra de referência destacada na História do Livro para consulta e manuseio frequente por especialistas e por quem investigue

domínios afins, sobretudo pela capacidade de síntese e de interligações temáticas e não menos pela bibliografia e notas abundantes do autor.

Por fim se esclarece o sentido da Nota introdutória onde afirma que “o livro como processo e como agente de permuta social [...] altera o próprio processo que lhe dá origem. [...] O livro muda a história que o muda”.

Paula Sequeiros

